

A REDE SOCIOASSISTENCIAL ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

THE SOCIO ASSISTENCE NETWORK THROUGH A HOST INSTITUTION INSTITUTIONAL FOR CHILDREN

Suélem Lopes Silva² e Roberta Fin Motta³

RESUMO

O artigo tem a pretensão de refletir acerca da rede socioassistencial sobre a visão dos profissionais que compõem a equipe de uma Instituição de Acolhimento Institucional para as crianças e adolescentes, em uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado a abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais. A análise dos dados ocorreu através da análise de conteúdo. Dentre os resultados, pode-se citar a rede como sendo “falha” através da visão dos profissionais em especial, pelas dificuldades como a falta de comunicação, de profissionais e de capacitação. Contudo, buscam estratégias como reuniões de equipe, participação no controle social e a rede pessoal para um melhor desenvolvimento dos encaminhamentos. Conclui-se a importância de refletir e buscar mais estudos sobre a rede socioassistencial, buscando um trabalho mais articulado entre os serviços da rede.

Palavras-chave: rede, equipe, instituição ao atendimento a criança, trabalho articulado.

ABSTRACT

The article analyzes the social assistance network on the vision of the professionals who make up the team of Hosting institution for children and adolescents in a city in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. We used the qualitative approach with an exploratory and descriptive character. We also used semi-structured interviews with five professionals. Data analysis was carried out through content analysis. The interviewee state that there are some flaws in this network as the difficulties with the lack of communication, professionals and training. However, they argue that they have always sought for some strategies such as team meetings, participation in social control and personal network for a better development of possible solutions. Thus, it is important to seek further studies on social assistance networks in order to reach a more coordinated work between network services.

Keywords: network, staff, child care institution, articulated work.

¹Trabalho Final de Graduação - TFG.

²Acadêmica do Curso de Psicologia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: suelemsilva913@hotmail.com

³Orientadora - Centro Universitário Franciscano. E-mail: roberta.fm@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a intenção de abordar as questões que envolvem a percepção dos profissionais de uma Instituição de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes sobre a Rede Socioassistencial, vinculados à Política Pública de Assistência Social. A assistência é um fenômeno tão antigo quanto a civilização e está presente em todos os contextos sociais, o que reforça o quanto se deve compreender a respeito das políticas sociais, uma vez que estão inter-relacionadas (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Em 1993, foi regulamentada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que estabelece os princípios e as diretrizes das ações, pela qual a Assistência Social foi organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil (BRASIL, 2010). Já em 2004, houve a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que possibilita uma nova organização da Política de Assistência Social, que era vinculada à caridade, ao assistencialismo e ao clientelismo (OLIVEIRA; AMORIN, 2006).

Sabendo que a função da Assistência Social estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é garantir a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), de média e alta complexidade, vem a ser de extrema importância destacar suas particularidades. A Proteção Social Básica é aquilo que é fundamental, essencial, isto é, são as ações preventivas, que reforçam a convivência, a socialização, são as ações voltadas para a família e que visam desenvolver potencialidades. Assim, as ações socioassistenciais de Proteção Social Básica são realizadas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2007).

A Proteção Social Especial de média complexidade busca prover orientações e acompanhamento para as famílias com situações de ameaças ou violação de direitos, por meio de abandono, maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, entre outras. Os serviços especializados da proteção social de média complexidade vêm a ser o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atende famílias que tenham os direitos violados por meio de violência psicológica e negligência, abuso sexual, e afastamento do convívio familiar por meio de medida socioeducativa ou medida de proteção (BRASIL, 2007).

A Proteção Social Especial de alta complexidade vem a ser os acolhimentos institucionais em diferentes tipos de moradias, em que os vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados, a fim de garantir-se proteção integral. O atendimento deve ser personalizado e em pequenos grupos e, desse modo, favorecer o convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2008). É de suma importância contextualizar que as instituições de abrigamento como o Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes estão inseridas na Proteção Social Especial (PSE) que se refere a serviços mais especializados, designados a pessoas em situação de risco pessoal ou social, de traço mais complexo, assim diferenciando-se da proteção social básica, por se tratar de atendimentos dirigidos às situações de violações de direitos (BRASIL, 2005).

A medida de proteção, denominada abrigo, é caracterizada, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como estratégia provisória e excepcional, aplicada apenas como forma transicional e para a colocação de crianças e adolescentes em situação de risco e abandono (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS 2009). Caracteriza-se como um local que oferece proteção, pois se trata de uma alternativa de moradia provisória, atrelada a um clima residencial, com atendimentos personalizados e em pequenas unidades e pequenos grupos (MACHADO, 2011). Portanto, compreende-se que a criança seja acolhida em uma instituição de acolhimento institucional quando a família ou responsável pelas crianças e adolescentes não consegue exercer o direito essencial à formação e desenvolvimento de seus filhos e também quando o Estado não atua conforme as políticas públicas para a proteção social das famílias (CRUZ, 2007).

Janczura (2008) destaca que as instituições de abrigamento são serviço de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes e têm caráter de atendimento inicial, integrado ou emergencial. As mesmas buscam a prevenção de ameaças aos direitos e constituem o atendimento a crianças e adolescentes, imediatamente após a violação dos mesmos. O abrigo vem a ser uma medida de proteção, que pode ser aplicada pelo Juizado da Infância e Juventude e pelos Conselhos Tutelares, em caráter provisório e excepcional, assim, sendo utilizado como uma forma de transição para o retorno a sua família de origem, ou família substituta, não havendo ausência de liberdade (CRUZ, 2007). As instituições de abrigamento possuem características essenciais e que são definidas através do ECA, entre elas, preconiza-se a preservação da liberdade, atendimentos personalizados em pequenos grupos, privilegiando ações descentralizadas e municipalizadas (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009). Apesar de todas as garantias fornecidas pelas leis para a educação infantil e para a proteção a crianças e adolescentes, estes espaços vêm sendo percebidos como lugares sociais de crianças desamparadas e demarcadas por ideologias, filantrópicas ou assistencialistas (COSTA; FERREIRA, 2009).

Embora ainda seja muito utilizado o termo abrigamento, este vem sendo substituído pelo acolhimento institucional, conforme exposto no Plano Nacional. O acolhimento institucional pode ser promovido através de diferentes modalidades e ser conduzido por organizações governamentais ou não, como os abrigos institucionais, casa lar e casa de passagem, independente da nomeação, todos eles sendo instituições de abrigamento (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2009). Existem algumas formas de acolhimento institucional, cada uma possui suas especificidades de atendimento, mas todas caracterizam-se por oferecer atendimento convencional, muitas vezes, distinguem-se por sexo, gênero ou atendimento especializado (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2009).

Compreende-se que é importante destacar, o quanto este tema é relevante e deve ser mais estudado, pois muitas vezes a rede socioassistencial passa despercebida pelos atores sociais que há compõem, assim sendo mais fácil tornar-se queixosos sobre o espaço e não fazê-lo acontecer. Através disso acaba-se por constituir uma rede pessoal onde se articula através de relações e conse-

gue-se os encaminhamentos necessários, parece ser uma boa saída para a resolução das demandas, mas através desta estratégia percebe-se mais uma vez a relevância de estudar e fazer a rede socioassistencial acontecer da forma correta para a melhor resolução dos atendimentos

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo. Participaram cinco atores sociais que compõem o quadro de profissionais de uma Instituição de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, sendo um profissional de cada setor da instituição. O quadro 1 ilustra as características dos participantes em questão, sendo o sigilo dos mesmos preservado, portanto, utilizando-se iniciais que fictícias.

Quadro 1 - Características dos participantes da pesquisa.

Participante	Idade	Sexo	Tempo de trabalho na Instituição	Cargo
W	59	F	Três anos na direção	Diretora
B	59	F	Quinze anos na instituição	Coordenadora
P	59	M	Quinze anos na instituição	Educador Social
J	36	F	Três anos na instituição	Psicóloga
M.C	49	F	Sete meses	Assistente Social

A coleta de dados foi desenvolvida a partir da realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas de forma individual onde foram gravadas e transcritas, respeitando a integridade dos participantes. Foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado pelos mesmos. Uma cópia assinada do termo ficou com o participante e outra, com a pesquisadora, documento que esclareceu a prática da pesquisa ao participante dentro das normas éticas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Franciscano, sob registro CAAE: 11687512.4.0000.5306, sendo considerado ético e metodologicamente adequado, de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12, mais recente do Conselho Nacional de Saúde). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Os mesmos foram analisados através da análise do conteúdo, que busca um conjunto de técnicas, que visa à análise das comunicações (BARDIN, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização das entrevistas com os profissionais da Instituição de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, dividiram-se os dados obtidos em duas categorias temáticas.

A primeira categoria foi intitulada **Rede Socioassistencial - “Rede Falha”** e a segunda categoria, **Estratégias para o Aprimoramento da Rede Socioassistencial**. Ressalta-se que as categorias aqui propostas vêm ao encontro das entrevistas realizadas, mostrando-se interligadas, portanto, obteve-se a separação para fins de esclarecimento através dos pontos mais significativos que elencam o objetivo proposto neste trabalho.

REDE SOCIOASSISTENCIAL - “REDE FALHA”

Nesta categoria, foram analisados aspectos referentes à rede e à rede socioassistencial e às nuances que estão atreladas na configuração da mesma como a falta de profissionais, falta de capacitação e a falha de comunicação. É interessante que identifica-se que os participantes não obtêm um conceito mais amplo sobre a rede como seu significado propriamente dito os mesmos já sabem nomear a rede socioassistencial através do dia a dia de seu trabalho. Com tudo a percepção dos participantes da pesquisa sobre o significado de rede, relatam pontos significativos que são descritos através das falas elencadas abaixo:

“Difícil (Risos), seria todo aparato, a rede deveria ter, na minha opinião, vários serviços, um auxiliando o outro para ver a integralidade daquele sujeito, fazendo, assim, os encaminhamentos necessários”. (Psicóloga)

“Rede é a articulação dos serviços, o apoio necessário que as instituições necessitam para, assim, desenvolvermos nosso trabalho, a rede nos dá o caminho para cada encaminhamento especializado”. (Assistente Social)

A partir das falas dos profissionais da Instituição de Acolhimento para Crianças, percebe-se que os mesmos aparentam ter uma dificuldade para conceituar rede a partir do significado desta, assim nomeando já o que vem a ser a rede socioassistencial. Assim, pode-se inferir que os mesmos têm conhecimento teórico do papel da rede, sendo que ela vem a sustentar suas práticas de trabalho. Os mesmos parecem discutir sobre a temática proposta dentro da instituição, seja em espaços formais como as reuniões, que ocorrem uma vez na semana, ou em conversas informais, que ocorrem na instituição, mas as problematizações parecem não ultrapassar os muros da instituição. Como pode ser percebido na fala a seguir:

“A gente se reúne às vezes para tentar falar sobre os serviços da rede, sobre os encaminhamentos que não ocorrem, ou aqueles que demoram muito”. (Coordenadora)

Portanto, pode-se compreender que os mesmos conseguem nomear o que vem a ser rede socioassistencial. Mas, de certa forma, os entraves não lhes deixam, de fato, consolidar a rede, através de dificuldades que permeiam seu trabalho e que serão expostas posteriormente. Para Castells (1998), a rede é um conjunto de nós conectados e cada nó, um ponto onde a curva intercepta-se. Portanto, uma rede não tem um centro, mesmo que alguns nós possam ser mais importantes que outros. Todos dependem dos demais na medida em que se está em rede. Para Faleiros e Faleiros (2001), redes são formadas através da articulação dos atores e instituições, em ações conjuntas, sendo capazes de compartilhar e negociar responsabilidades. Portanto, dentre os serviços que compõem a rede socioassistencial, estão os serviços de Proteção Social que fazem parte do SUAS. Já Gonçalves e Guará (2010) entendem que a rede caracteriza-se por reunir elementos correspondentes, ou serviços que mantêm ligação entre si mesmo, localizando-se em diferentes pontos de um território ou país. O trabalho instituído em rede constitui um pressuposto dos novos parâmetros legais relacionados ao ECA, fundamentados através da proteção integral, sendo que isto requer a articulação dos serviços, organizações e da comunidade.

Complementando através de falas dos participantes, percebe-se que ocorre articulação através da chegada das crianças até a instituição de acolhimento institucional, conforme relatado abaixo:

“Os meninos chegam através do conselho tutelar, ou do judiciário, o conselho faz um acompanhamento e se necessário traz para cá, pois o acolhimento vem a ser a última instância”. (Coordenadora)

“Os meninos do acolhimento chegam através de ordem judicial e do conselho tutelar, eles que encaminham e, a partir disso, nossa equipe técnica os acolhe e faz os encaminhamentos necessários”. (Diretora)

Percebe-se, portanto, que o Acolhimento Institucional vem a ser última instância, as crianças e os adolescentes devem chegar a instituições quando a PSB, não está cumprindo seu papel, não conseguindo fazer os encaminhamentos necessários para assistir a essas famílias. Portanto, verifica-se que se as crianças e adolescentes estivessem em proteção, se os serviços fossem mais articulados, trabalhassem juntos, as mesmas não necessitariam chegar as instituições de acolhimento, tudo isso se as instituições da rede de menos complexibilidade estivessem dado o suporte para essa demanda.

De acordo com Oliveira (2006), Rede de Proteção Socioassistencial representa um conjunto de instituições que obtêm atuação integrada por meio de atendimentos para as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias através de programas, serviços etc. Já Faraj e Siqueira (2012) compreendem rede através da totalidade, atores e instituições por meio de uma relação de poder, supondo que a rede realize intervenções através do coletivo para uma maior eficácia. Essa articulação deve iniciar

a partir do momento que a criança ou adolescente chega à instituição de acolhimento, assim havendo a interface com o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, a Assistência Social e outras entidades não governamentais integradas na rede de atendimento (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2009).

Contudo, apesar dos mesmos elencarem, com clareza, o que é a rede socioassistencial, percebem-a sendo “falha” por meio da desarticulação entre os serviços. Constatam-se, a partir da percepção dos participantes, as contradições com a real rede que se tem e a ideal, pois a teoria mostra uma real e o dia-dia acaba por trazer a atual situação que a rede socioassistencial passa nos dias de hoje. Os participantes referem que a rede é “falha” e elencam fatores que contribuem para a desarticulação da rede socioassistencial entre os serviços que compõem a rede de proteção a crianças e adolescentes. Os fatores elencados são: a falta de profissionais, a falta capacitação e a falha de comunicação.

Sobre a falta de profissionais, os participantes afirmam que:

“A rede é falha pela falta de profissionais e, na maioria das vezes, não é por má vontade, mas por não ter profissionais nos serviços”. (Psicóloga)

Através da fala da participante, pode-se perceber que a rede de proteção socioassistencial das Instituições de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes não tem um número suficiente de profissionais para atender as demandas e necessidades do trabalho. Assim, os profissionais inseridos não obtêm subsídios para dar conta de toda a demanda, e também não se encontram preparados para constituírem os serviços, conseqüentemente, podem não estar dispostos a transformar, buscar novos modelos de desenvolver suas práticas, assim, trabalhando, muitas vezes, por meio da fragmentação do sujeito.

De acordo com Raichelis (2010), a questão do trabalho e de trabalhadores no SUAS é um grande desafio a ser enfrentado por meio de alguns casos de desprofissionalização e atuações em bases improvisadas. Esta vem a ser a realidade, pois conta-se com frágeis gestões, recursos humanos reduzidos, pouca qualificação e um número de profissionais insuficientes. Portanto, deve-se buscar qualificação aos profissionais inseridos nos serviços e, conseqüentemente, que a atuação dos mesmos seja por meio de concursos públicos e de um plano de carreira.

De acordo com Oliveira e Amorin (2006), as políticas sociais têm limites, em que a operacionalização e as conseqüências dela constituem-se de forma parcializada e fragmentada, intervêm-se na pobreza, na saúde, educação etc., mas sem uma articulação por meio de funções específicas. Conseqüentemente, a política, por mais democrática, não busca a superação das condições sociais que causam a exploração. Assim, constata-se que o mais adequado seria que profissionais que trabalhem nas Políticas Públicas estivessem dispostos a articular, trocar com as instituições que compõem a rede e, dessa maneira, obtendo um trabalho conjunto, tentando desprender-se das tradicionais práticas, de modo que, entrar no cenário do serviço público, deveria ser estar preparado para buscar a mudança.

De acordo com a fala abaixo que diz respeito aos profissionais da rede, compreende-se que:

“Falta profissionais, pois os que estão na rede não estão dispostos para o trabalho”. (Coordenadora)

Os profissionais que se inserem nos serviços públicos devem estar preparados para tornarem-se agentes de mudança através de um compromisso social diante dos usuários. Trata-se, portanto, de um compromisso com as instituições, de um trabalho de qualidade, de um serviço mais acolhedor que não busque apenas a produtividade, não se prenda em números, na alienação e no agir mecânico (DIMENSTEIN, 2001). Sabe-se que a rede socioassistencial encontra-se, muitas vezes, com um trabalho muito burocrático, estes sendo atravessamentos institucionais, assim voltando-se para as práticas reducionistas, onde muitas vezes não se levando em conta as necessidades da população (MACEDO; DIMENSTEIN, 2012).

Através da verbalização dos participantes constata-se que parece haver, também, uma falta de compromisso social com as devidas áreas afins, sendo que os profissionais inseridos na rede aparentam não estar comprometidos com o usuário que necessita dos serviços, conforme evidencia a fala abaixo:

“A gente precisa de profissionais que realmente gostem desta área, e acreditem nela, para desenvolverem um bom trabalho”. (Diretora)

Dever-se-ia obter, na rede, profissionais que buscassem a transformação, que buscassem novos meios de trabalhar, que reinventassem as suas práticas atreladas ao compromisso social. Muitos profissionais têm medo de reinventar, na maioria das vezes, existe um certo medo de seus gestores, pois muitos verbalizam precisar do emprego, mas não estão comprometidos com o mesmo, assim caindo no sistema e acomodando-se, de certa forma, cumprindo sua carga horária e não desenvolvendo um trabalho de qualidade.

Constata-se que o ideal seria a busca de uma nova mentalidade profissional e organizacional através do compromisso e da participação social na busca de qualidade aos serviços. Os profissionais necessitam reedificar sua subjetividade e, em termos profissionais, sair da alienação e do burocrático, buscar um compromisso ético e um sistema mais humanizado (DIMENSTEIN, 2001).

Outro ponto que vem a ser relevante e foi referido pelos participantes para a rede ser “falha” trata-se da falta de profissionais capacitados para comporem os serviços da rede socioassistencial. A questão apresenta-se nas falas a seguir:

“A maioria dos profissionais que está nas instituições são contratados, eles não têm um entendimento dos serviços e assim nos prejudicam muito enquanto instituição de acolhimento, pois não

articulamos em torno dos encaminhamentos necessários para os nossos meninos, estes profissionais não são preparados”. (Educador Social)

“Muitos dos profissionais que compõem a rede socioassistencial, chegam aos serviços sem saber quais são suas práticas, assim tudo se torna mais difícil, pois não se obtém uma troca, um trabalho coletivo e um melhor andamento. É frustrante pois não depende só de ti”. (Assistente Social)

Através das falas, constata-se a precarização dos serviços ofertados pela Assistência Social. Tais questões encontram-se, principalmente, na contratação de profissionais, pois os profissionais que se inserem nas Políticas Públicas não se encontram preparados e até mesmo qualificados para a prática que devem exercer nestes serviços. Muitos não sabem do que trata a Política de Assistência Social e não se encontram dispostos para deparar-se com as questões sociais que o campo exige, defrontando-se com as questões da pobreza e, assim, suas práticas estando voltadas mais para as tradicionais, não buscando meio de mudanças para adequar-se ao sistema em que estão inseridos.

Segundo Oliveira e Amorin (2012,) verifica-se que muito ainda precisa ser realizado no campo das Políticas Sociais, existem atravessamentos muito importantes como a falta de capacitação dos servidores, pagamentos não satisfatórios, intersetorialidade, entre outros. Tratam-se, pois, de fatores relevantes para as ações que devem ser desenvolvidas, sendo que, na Psicologia, percebe-se que, tanto na Saúde quanto na Assistência Social, deve-se buscar as referências teórico-práticas para nortearem as práticas neste campo de atuação. É necessário apropriar-se dos princípios e diretrizes da Assistência Social, que vem a ser um instrumento fundamental para o melhor desenvolvimento do trabalho. É fundamental buscar a construção de estratégias de fortalecimento para o melhor desenvolvimento das ações, pois necessita-se de acompanhamento e formação para a intervenção por meio de uma análise crítica da realidade social (SENRA; GUZZO, 2012)

Outro ponto relevante a partir das falas dos participantes para a rede ser “falha” relaciona-se à falha de comunicação entre os serviços da Rede de Proteção Socioassistencial para crianças e adolescentes. Através das falas abaixo, abarcam-se pontos significativos:

“Meu trabalho tem uma relação muito grande, se eu não conseguir falar, trocar com as outras instituições, o meu trabalho não funciona porque precisamos deles, não depende só de nós”. (Psicóloga)

“A maior dificuldade com a rede, hoje, é a parceria que muitas vezes não acontece, principalmente, com o conselho tutelar, não se obtém uma total articulação entre o nosso serviço e eles”. (Psicóloga)

“A rede não existe! Pois não existe comprometimento, não existe comunicação das pessoas que compõem os serviços, eu tenho que buscar parceiros para alguns atendimentos dos meninos que são acolhidos, pois eu respondo por eles”. (Diretora)

“O meu trabalho se torna muitas vezes frustrante porque eu não consigo me comunicar, e preciso dessa comunicação porque se não o trabalho para”. (Assistente Social)

Pode-se dizer que a comunicação é uma das bases em qualquer serviço, seja ele público ou não, necessita-se trocar, buscar outro olhar, trabalhar no coletivo, de modo que o trabalho torna-se mais rápido e eficaz, mas também se sabe que muitos profissionais do mercado de trabalho não se encontram dispostos a comunicarem-se, mas esta é a base para as nossas relações. Estas, portanto vem a ser falhas que ocorrem no trabalho multiprofissional, pois compreende-se o quanto é difícil está articulação entre as diferentes áreas de saber. Mas percebe-se que as pessoas, de um modo geral, não conseguem comunicar-se, querem é trabalhar na individualidade, resolvendo o seu problema e, logo, despindo-se de toda a sobrecarga de trabalho, pois comunicar-se, muitas vezes, é incomodar-se, trazer o outro serviço para o seu. Os profissionais poderiam trabalhar muito melhor através da referência e da contra referência.

De acordo com Cardoso (2006), percebe-se a importância da informação e da comunicação como via de instrumento para a realização das potencialidades para a ampliação das organizações. É por meio da comunicação que se desenvolvem funções, estabelecem contatos, portanto deve-se aprimorar os processos comunicacionais, pois é a partir deles que as organizações existem. Sabe-se que as Políticas Sociais Públicas têm como compromisso ações coletivas que objetivam a concretização dos direitos sociais demandados através da sociedade e previstos nas leis. Mas se percebe que o que ocorre vem a ser intervenções que atendem apenas particularidades da vida social de cada sujeito (OLIVEIRA, 2004). Portanto, compreende-se que a rede de proteção que se obtém é descentralizada e que se mantém por meio de uma hierarquia, onde, no alto da pirâmide das informações, menos depende-se dos outros para receber informações, mas é onde deve existir a maior possibilidade de transmissão (UGARTE, 2007).

ESTRATÉGIAS PARA O APRIMORAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Nesta segunda categoria abordam-se aspectos que, ao longo das entrevistas, tornaram-se relevantes para o melhor andamento dos encaminhamentos necessários para as crianças e adolescentes que estão inseridos na rede socioassistencial por meio da Instituição de Acolhimento Institucional. Verifica-se que o trabalho não pode parar mesmo a rede estando desarticulada, então buscam-se estratégias para o desenvolvimento das respectivas atividades. Os participantes da pesquisa elencam

as reuniões de equipe na instituição de acolhimento, bem como buscam tecer uma rede pessoal com profissionais de referência que trabalhem nos demais serviços. Destaca-se importante a participação no controle social, pois é um espaço onde pode-se obter os encaminhamentos necessários com mais facilidade, participando assim tanto no Conselho de Assistência Social (CMAS) quanto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

A partir das falas abaixo foram elencados os aspectos referidos como estratégias para o aprimoramento da rede socioassistencial. Os fatores elencados são: a reunião de equipe, o controle social e a rede pessoal. Sobre as reuniões de equipe os participantes elencam que:

“As reuniões fazem parte das nossas atividades na instituição, a equipe se encontra uma vez por semana”. (Psicóloga)

“Esse é um momento bem bom, onde a gente pode se encontrar mais formalmente, para discutir sobre a instituição”[...]. (Assistente Social)

Percebe-se a partir das falas dos participantes o quanto são necessários espaços de trocas na instituição, como as reuniões de equipe, o momento em que se param as atividades, para, assim, notar e discutir tudo o que vem acontecendo na volta. É o espaço que os profissionais têm para, de certa forma, recarregar as energias e, juntos, buscarem soluções para os casos de determinadas crianças ou adolescentes.

De acordo com Araújo e Rocha (2009), a importância do trabalho em equipe constitui-se, principalmente, através da integralidade do cuidado a cada sujeito. Portanto deve-se perceber os mesmos através da totalidade é mais fácil, através do olhar de vários profissionais que compõem a equipe, conforme destaca a fala a seguir:

“É bom se encontrar com toda a equipe técnica Psicóloga, Assistente Social, Psicopedagoga e a Pedagoga e discutirmos sobre as crianças e adolescentes, poder trocar sobre alguns casos, tentar buscar estratégias em conjunto”. (Psicóloga)

Dessa maneira, observa-se que as reuniões de equipe vêm a proporcionar um melhor entendimento da história de cada criança ou adolescente que está institucionalizado, é um espaço que deve ser aproveitado pelos profissionais da instituição, pois sabe-se que muitas vezes encontram dificuldades de trabalhar no coletivo. Esta, pois, vem a ser uma estratégia que, na rede, não ocorre e os profissionais parecem buscar tal prática na instituição para melhor desenvolver o trabalho na rede. Kell e Shimizi (2010) relatam que trabalhar em equipe é construir uma prática interdisciplinar, onde o diálogo deve possibilitar aproximação entre as áreas, percebendo que todo conhecimento ganha mais significado quando exposto ao outro.

O controle social foi outro ponto fundamental para ser discutido como estratégia de aprimoramento para a rede socioassistencial. A participação dos atores sociais nesses espaços representa um momento de fortalecimento para os mesmos em conformidade com as falas abaixo:

“A gente tem espaços para trocar, os encontros no COMDICA e no Conselho de Assistência ocorrem uma vez por mês, nós participamos, mas a maioria das instituições não! Nestes espaços que deveríamos nos unir”. (Assistente Social)

“Faz parte dos nossos serviços, ir nas reuniões da rede, dos conselhos, eu vô, a minha colega vai, mas são poucos os profissionais que aderem os encontros”. (Psicóloga)

Consequentemente, sabe-se que a efetivação da rede socioassistencial só será concretizada, de fato, se a sociedade e a comunidade participarem, por exemplo, dos conselhos, conferências e fóruns, assim, participando e exigindo o controle social. Por obter conhecimento dessas práticas é que se deve construir uma política de proteção social que vise aos direitos sociais, assim, é fundamental a participação dos profissionais da Assistência Social, como os psicólogos e os assistentes sociais, nas instâncias de controle social, como os Conselhos de Assistência Social, órgãos deliberativos e paritários nas três esferas de governo (MOTTA; SCARPARO, 2013). Desse modo, percebe-se que se deve criar mais espaços participativos e democráticos que vinculem a participação dos diferentes sujeitos, assim buscando meios de comunicação que procurem a socialização, a informação e o saber como forma de participação política dos diferentes sujeitos (OLIVEIRA, 2004).

Aqui, encontram-se dispostos pontos significativos referentes à rede pessoal que os profissionais tendem a tecer para a realização de suas atividades na instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Elas podem ser observadas nas falas a seguir:

“Não é sempre que se obtém uma boa relação, mas, com o passar do tempo, o pessoal foi conhecendo o nosso trabalho e acaba ficando mais fácil, já sabemos o contato, quem se deve acessar para conseguir determinados atendimentos.”. (Psicóloga)

“Toda instituição tem acesso à rede, aos serviços, mas às vezes, a gente tem um pouco mais de facilidade porque tem algum contato, pessoas que já conhecemos, aí isto facilita nossos atendimentos em alguns serviços”. (Educador Social)

“Tu tem que ter o teu contato certo para acessar, se não demora muito para acessar o serviço, ou tu tem até que buscar de serviços que não são da rede”. (Diretora)

“Eu tenho o meu profissional de referencial, acesso ele sempre antes, que aí tudo é mais rápido”. (Assistente Social)

Portanto, constata-se que os profissionais acabam por constituir, como estratégia, uma rede pessoal que se articula através das relações pessoais, de modo que cada instituição deve saber a pessoa certa para acessar e, assim, conseguir os encaminhamentos necessários. Todos os participantes referiram sobre o tecer dessa rede pessoal, pode-se, então, inferir que é essa rede pessoal que sustenta os encaminhamentos que as crianças e adolescentes necessitam. Alguns elucidaram que chegaram a ter que se apresentar para esse profissional de referência, pois, pelas políticas sociais, não estavam obtendo resultados, assim sendo, o que, muitas vezes, eles têm que fazer é apresentar-se como o profissional, e não como representante de uma instituição ou outra. É uma relação pessoal mesmo. Através das falas dos participantes, dos contatos pessoais, da rede pessoal entre profissionais, instituições e os serviços da rede socioassistencial, obtém-se uma articulação para a rede de proteção funcionar e não ser tão falha é uma estratégia de articulação para o trabalho não parar e os encaminhamentos serem realizados com êxito.

Em conformidade com Marteleto (2011), trabalhar em rede através de uma rede pessoal é uma prática muito antiga, hoje, vem sendo vista como uma ferramenta organizacional, como uma forma global de organização, através da interdependência, conduzindo-se, assim, por meio das relações e experiências pessoais. Segundo More (2005), a rede pessoal diz da união de pessoas que o indivíduo percebe e sente como significativas ao universo relacional que está submetido. Vem a ser um sistema aberto, onde o indivíduo submete-se e, através de suas relações significativas, ele obtém trocas efetivas com integrantes de outros grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados coletados na pesquisa, foi possível perceber que a rede socioassistencial encontra-se falha e desarticulada, assim a Instituição de Acolhimento Institucional para Crianças passa por dificuldades para a realização de seu trabalho, pois muitos de seus encaminhamentos dependem da mesma. No entanto, os profissionais buscam estratégias para o seu melhor funcionamento como reuniões de equipe em suas instituições, participação das reuniões do controle social e buscam tecer uma rede pessoal para obterem os serviços que são necessários para as crianças. Dessa forma, foi possível compreender que, infelizmente, existe uma grande diferença entre a real e a ideal rede socioassistencial e que a mesma, pela desarticulação, acaba, muitas vezes, por não promover a proteção necessária às crianças.

É de suma importância salientar que, dentre as facilidades da pesquisa pode se destacar o envolvimento das pesquisadoras através de trabalhar o tema da rede socioassistencial assim pode-se

destacar o quanto acredita-se na rede socioassistencial e a pesquisa mostrou que se pode, cada vez mais, acreditar nela, pois ela existe, encontra-se um pouco desarticulada, mas vem a ser relevante evidenciar que nós somos a rede, fazemos parte dela e podemos buscar a sua articulação para obtermos serviços de qualidade. No início da pesquisa, houve algumas dificuldades, pois o objetivo era entrevistar profissionais de duas instituições de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, já tendo sido obtido o aceite das mesmas, mas quando procuradas, uma das instituições não concedeu o campo, justificando problemas institucionais, esta “reação” também diz do quanto é preciso falar sobre a rede e até mesmo sobre as instituições, pois parece que os mesmos, às vezes, encontram-se acomodados, e, assim, não depositando a energia necessária as suas práticas.

Destaca-se que é de suma importância mais estudos referentes à área, pois encontrou-se dificuldades na busca de matérias que tratassem da temática proposta e, a partir dos resultados, percebe-se o quanto vem a ser relevante mais estudos nesta área para o melhor aprimoramento dos próprios profissionais que trabalham na mesma.

Assim, conclui-se, que a rede socioassistencial existe, e representa o enlace dos demais serviços que a compõem. Portanto, deve buscar-se cada vez mais estratégias para a sua articulação, para, assim, fazer cada vez mais a mesma existir através de ações coletivas para o melhor desenvolvimento dos serviços socioassistenciais. Para isso, desenvolvendo espaços de trocas coletivas, reuniões de redes de reflexões das áreas que compõem a mesma, pois, no entorno deste trabalho, não foram poucos os espaços de discussões, em que se esteve presente e as queixas em torno da mesma não existir foram numerosas, dessa forma, é necessário juntar as forças e lutar por uma rede socioassistencial articulada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. B. S.; ROCHA, P. M. Saúde da família: mudando práticas? Estudo de caso no município de Natal (RN). **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1439-1452, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa, PO: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: CFP/CEFESS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Conselho Nacional de Assistência Social-CONANDA. Brasília, 2008.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Brasília, 2010.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, 2006.

CASTELLS, M. Hacia el estado red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información. In: SEMINÁRIO SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO, **Anais...**, 1998.

COSTA, N. R. A.; FERREIRA, M. C. R. Acolhimento Familiar: uma alternativa para crianças e adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica**, n. 22, p. 111-118, 2009.

CRUZ, L. R. Infância Abrigada: negligência e riscos no campo das políticas públicas - crianças e jornais do século XXI. **Revista Psicologia para América Latina Médica**, n. 9, 2007.

DIMENSTEIN, M. O Psicólogo e o Compromisso Social no contexto da Saúde Coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. S. **Circuito e curtos circuitos:** atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. São Paulo: Veras, 2001.

FARAJ, P. S.; SIQUEIRA, C. A. O Atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 37, p. 67-87, 2012.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Rede de Proteção Social na Comunidade. In: Guará, I. M. F. R. (Coord.). **Rede de Proteção Social 1**. Ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

JANCZURA, R. **Abrigos e Políticas Públicas:** As contradições na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2008.

KELL, M. C. G.; SHIMIZI, E. H. Existe trabalho em equipe no programa saúde da família? **Ciência e saúde coletiva**, v. 15, p. 1533-1541, 2010.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos sociais no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 182-192, 2012.

MACHADO, V. R. A Atual política de acolhimento institucional a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, 2011.

MARTELETO, M. R. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Orientações sobre Acolhimento Institucional**. Centro de apoio operacional da Infância Juventude e Educação. Rondônia, 2009.

MOTTA, F. R.; SCARPARO, K. B. H A. A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 230-239, 2009.

MORE, C. L. O. O. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, p. 105-118, 2005.

OLIVEIRA, M. Acessando direitos sociais: Redes Municipais de política social espaços de articulação entre as políticas sociais públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004.

OLIVEIRA, A. P. G. **O Caráter provisório do Abrigo e a Passagem adolescente: pensando transitoriedade**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Curso de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, F. I.; AMORIN, O. M. K. Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia e Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2006.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, 2010.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. A. O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 334-343, 2009.

SENRA, M. C.; GUZZO, L. S. R. Assistência Social e Psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

UGARTE, D. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Biblioteca online: Escola de Redes. 2007. Disponível em: <<http://escoladereedes.net/group/bibliotecadaviddeugarte>>.

XIMENES, V. M; PAULA, L. R. C.; BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009.

